



CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

	proposição Medida Provisória n.º 868, de 27 de dezembro 2018
--	--

autor	n.º do prontuário
-------	-------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input checked="" type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> X modificativa	4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva	5. <input checked="" type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	---	---	--	--

Página	Artigo 5	Parágrafos	Inciso	alínea
--------	----------	------------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Alterar art. 5º da Medida Provisória com a seguinte redação:

Art. 5º A Lei nº 11.445, de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"

Art. 5º Não constitui serviço público a ação de saneamento executada por meio de soluções individuais, mesmo que o usuário dependa de terceiros para operar os serviços, bem como as ações e serviços de saneamento básico de responsabilidade privada, incluindo o manejo de resíduos de responsabilidade do gerador.

.....

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 45 da lei 11.445, em seu § 1º admite soluções individuais de abastecimento na ausência de redes públicas de saneamento básico "*observadas as normas editadas pela entidade reguladora e pelos órgãos responsáveis*". Seria contraditório não permitir a contratação de terceiros, que poderão oferecer serviços privados de forma adequada tecnicamente e em atendimentos às normas. Ademais, a ausência de redes públicas não podem deixar a população a mercê de todos os riscos ambientais de saúde e soluções privadas podem trazer benefícios para a população enquanto o poder público investiga o motivo da empresa delegada não oferecer este serviço. A população não pode servir como 'reserva de mercado' das empresas que foram delegadas pelo titular do serviços público de saneamento básico.

PARLAMENTAR



CD/19676.78335-08